

XI CODS

COLÓQUIO DE ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

BELÉM-PA, 10 E 11 DE NOVEMBRO

Recurso analítico de agenda em políticas públicas de turismo: mapa temático

AUTORIA

Luiz Henrique Almeida Gusmão

E-mail: henrique.ufpa@hotmail.com

Instituição de filiação: Universidade da Amazônia (UNAMA)

Mayra Simões Hamad

E-mail: mayrahamad@gmail.com

Instituição de filiação: Universidade da Amazônia (UNAMA)

RESUMO

O mapa temático é um instrumento robusto e analítico pouco utilizado na área política, especialmente na etapa que corresponde a formação da agenda. Deste modo, o presente artigo tem como objetivo discutir o uso do mapa temático como recurso analítico na agenda em políticas públicas de turismo. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a etapa da agenda em política pública setorial em revistas e artigos especializados. Após isso, várias informações da temática turística foram coletadas no site do Ministério do Turismo, da Secretaria de Turismo do Pará e do Instituto Estadual de Ambiente do Rio de Janeiro para serem acrescentadas e analisadas em um Sistema de Informação Geográfica (SIG). Posteriormente, os dados foram representados em mapas temáticos e discutidos de modo reflexivo e orientado a discussão da agenda em política pública. Como resultados, os mapas temáticos confeccionados permitiram evidenciar a capacidade analítica para a discussão de problemas na agenda da área turística, assim como a visualização de dados na escala regional, municipal e metropolitana.

Palavras-chave: Política pública; Agenda política; Mapa.

Eixo Temático 4: Gestão Pública e Desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

Há diferentes formas dos problemas sociais serem percebidos pelos participantes do processo decisório e dessas pautas entrarem na agenda de políticas públicas. De forma semelhante, vários são os instrumentos de apreensão da realidade, dentre eles, destaca-se o mapa temático, por ser capaz de representar as informações de forma objetiva, articulada, cronológica e visual. Contudo, não é um meio convencional adotado na discussão e reflexão de problemas sociais na área política de turismo.

O mapa temático é um instrumento robusto e apropriado para representar informações de natureza física e humana. Além disso, consegue expressar mecanismos básicos que despertam a atenção dos membros dos processos decisórios, como indicadores; eventos e crises; e reação das ações governamentais (CAPELLA, 2018). No entanto, essas informações precisam ter atributo geográfico para serem ressaltadas no mapa e contribuírem decisivamente na agenda de políticas públicas setorial, como em turismo. A agenda é compreendida como processo no qual diversos grupos realizam reivindicações e que os governos devem selecioná-las para a ação (XUN WU et al., 2015). Entende-se que as políticas públicas estão além da mera discussão de conceitos e da análise dos instrumentos de intervenção no espaço. O entendimento também perpassa pelas estratégias de criação de políticas públicas, assim como formas de implementação e avaliação dos seus resultados. Assim, apreender os instrumentos pelos quais as pautas são discutidas na agenda também se tornam relevantes na contemporaneidade.

Nesse contexto, a presente pesquisa trata da importância e da capacidade analítica de mapas temáticos para discussão da agenda em políticas públicas de turismo, a partir da representação de informações dessa temática. A justificativa dessa pesquisa está nas inúmeras vantagens do mapa como recurso analítico no setor turístico, haja vista sua capacidade de facilitar a comunicação sobre problemas que podem afetar a área.

2. METODOLOGIA

Para a discussão teórica sobre o uso do mapa e agenda em política pública foi realizada revisão bibliográfica em livros e artigos especializados. Já as informações turísticas ou com suporte à atividade foram escolhidas a título de exemplo, com o propósito de representá-las em mapas temáticos. Todos os produtos cartográficos foram elaborados com o uso do *software* QGIS 2.18 – programa de geoprocessamento de livre acesso – e dos métodos de representação dos dados baseados em Martinelli (2011).

Para o primeiro mapa, referente à: categorização turística e quantidade de visitas internacionais por município da Região do Marajó (PA); as informações foram obtidas

na secção “Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021” do Ministério do Turismo. Os dados referentes a quantidade de visitas internacionais e nacionais; de empregos gerados pela atividade e de estabelecimentos turísticos correspondem ao ano de 2012, conforme o ministério.

O segundo mapa, intitulado: potencial de atratividade dos lugares turísticos naturais do município de Salinópolis (PA); os dados foram adquiridos no “Inventário Turístico de Salinópolis” elaborado pela Secretaria de Turismo do Pará (SETUR/PA) no ano de 2012; e as praias ausentes no relatório foram buscadas no site do Tripadvisor – site de viagens com diversas informações e opiniões relacionados a lugares turísticos.

O último mapa – estado da balneabilidade de praias selecionadas da cidade do Rio de Janeiro e de Niterói – foi confeccionado com base nas informações do Instituto Estadual de Ambiente do Rio de Janeiro (INEA), compilados por JUNIOR PAULA (2018), para o período entre 2000 e 2017. Optou-se por selecionar a quantidade de vezes que uma praia foi avaliada como “péssima” ou “ruim” – conforme os resultados da pesquisa de JUNIOR PAULA (2018) - em relação aos dezessete anos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 AGENDA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E MAPAS TEMÁTICOS: ALGUMAS REFLEXÕES

Segundo Capella (2018, p.13), “a agenda está relacionada ao conjunto de temas ou problemas considerados importantes em um determinado momento, como resultado da ação política de autores, movimentos sociais, partidos políticos, mídia, entre outros”. Ainda para Capella (2018), a formulação da agenda é uma etapa pré-decisória, na qual busca-se a identificação de problemas que exigem avaliação governamental e de soluções possíveis. Para Souza (2002), as principais questões que explicam o porquê de temas entrarem na agenda são: identificação de problemas e necessidade para resolvê-los; a política propriamente dita e a consciência coletiva sobre a necessidade de enfrentar os problemas; e, a escolha pelos participantes – políticos, mídias, partidos, acadêmicos, etc.

Entre as etapas de políticas públicas, a formação da agenda merece destaque, não somente por ser a primeira, mas também por determinar o que será definido como um “problema”. Para Xun Wu et al. (2015, p.29), “a agenda está relacionada ao processo

pelo qual os governos decidem quais questões precisam de sua atenção”. As pautas na área turística dependem das principais dificuldades identificadas por agentes públicos ou pela sociedade em determinado espaço, que podem ser representadas em mapas temáticos.

“A agenda foca nos processos iniciais de identificação de problemas, na iniciação de políticas e no modo como esses processos afetam as atividades de criação de políticas públicas posteriores de responsabilidade dos governos” (XUN WU et al., 2015, p.30). De acordo com Capella (2018), a atividade governamental está relacionada com a escolha de problemáticas e essa, tem origem na percepção dos atores sociais em relação aos problemas públicos e nos interesses em jogo.

Ademais, as problemáticas que podem entrar na pauta da discussão política advêm do uso de diversos instrumentos de apreensão da realidade como: fotografias, entrevistas, documentos, vídeos de manifestações sociais, entre outros. Dentre os meios não convencionais de explorar temáticas nas políticas públicas - com capacidade de articulação de informações - destaca-se o mapa temático.

“A classificação mais frequente distingue os mapas e a Cartografia em dois, conforme o conteúdo dos mapas e as técnicas cartográficas empregadas” (GIRARDI, 2008, p.45). De um lado, existe a Cartografia Temática, cuja finalidade principal é representar objetos, fatos e fenômenos - naturais ou humanos – que ocorrem no espaço (MARTINELLI, 2011) através do mapa temático. Do outro lado, existe a Cartografia Topográfica, cujo foco está na descrição do terreno de modo extremamente preciso (GIRARDI, 2008) por meio do mapa topográfico. Logo, o mapa temático é muito indicado para ser utilizado como recurso analítico na agenda em política pública de turismo, uma vez que é capaz de enfatizar aspectos socioeconômicos e ambientais, como o ramo do turismo.

Entende-se que o mapa não é apenas um recurso visual e que sua conclusão não é a finalidade principal. Esse produto deve ser utilizado com o propósito de fomentar discussões nos mais diversos campos do conhecimento, inclusive na área política. É possível utilizá-lo em todas as etapas que compõem o ciclo de políticas públicas – formulação da agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação. Assim, todo o mapa apresenta um discurso (GIRARDI, 2008; MARTINELLI, 2011). O seu uso, no debate da agenda na área do turismo, vai depender das intencionalidades daqueles que o confeccionaram, assim como da escolha das variáveis. Conforme Lima, Steffen e D’Ascenzi (2018), os três pressupostos da definição de problema social é a percepção da situação como indesejável; a decisão dos atores de que algo deve ser feito e o processo de visibilidade de um problema. Assim, os mapas são capazes de assegurar os propósitos destacados pelos autores, já que permitem a

visualização de um ou mais problemas, auxiliam na discussão para tomada de decisões, e facilitam o processo de comunicação.

A identificação de problemas que afetam a atividade turística será percebida mais claramente, ou por aqueles atores que necessitam para o seu sustento da constante movimentação de pessoas e consumo por parte dos turistas e visitantes, ou por profissionais com expertise na área. Assim, o produto cartográfico é indispensável para aqueles que necessitam gerenciar os problemas do espaço, pois segundo Archela e Thery (2008) o mapa tem a capacidade de revelar o visível e o invisível na imagem.

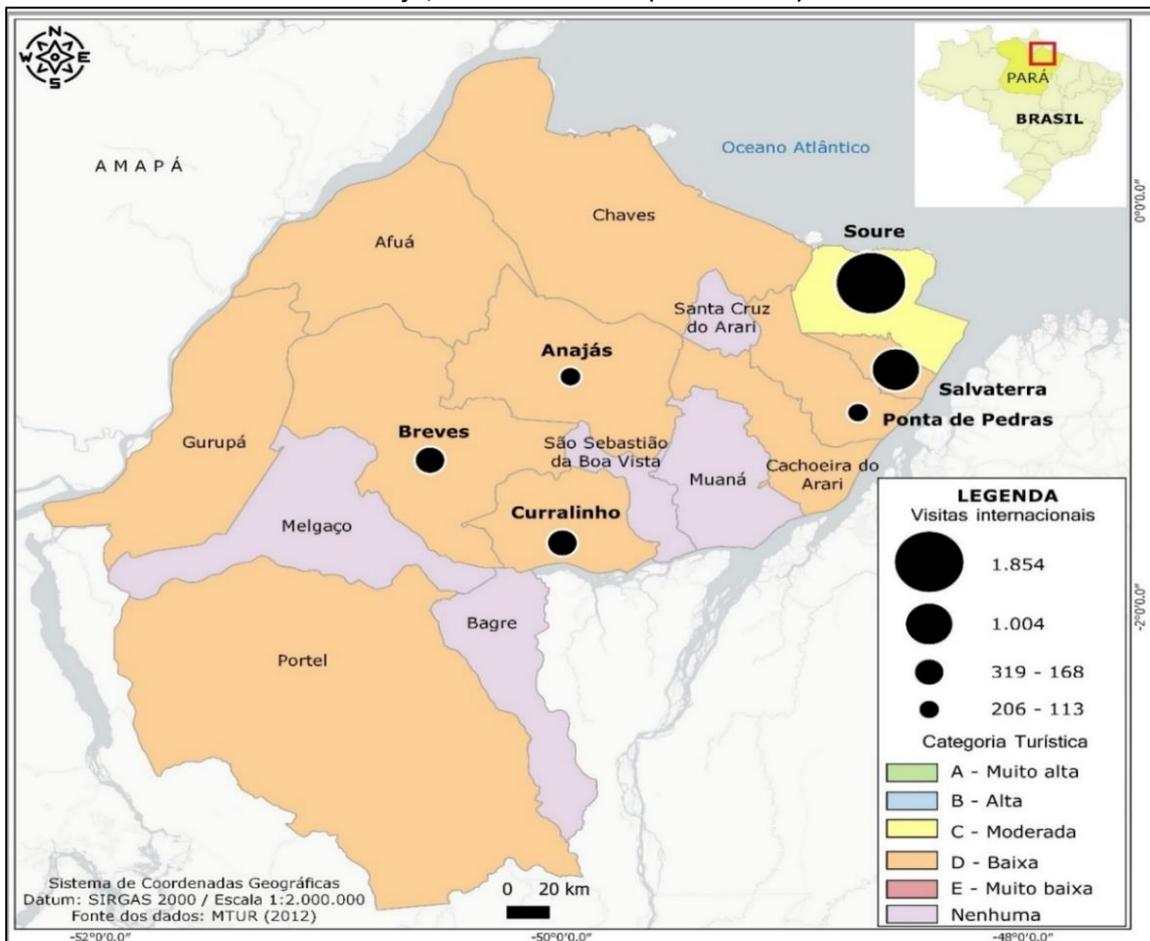
Para Girardi (2008), o mapa é um instrumento de pesquisa que possibilita novas descobertas, sendo útil ao discurso e à ação. Desse modo, o seu uso é capaz de impulsionar pautas na área política através da construção de uma imagem que reflita determinada situação. Portanto, é um instrumento que serve de orientação e base para o planejamento e conhecimento do território (ARCHELA e THERY, 2008).

“O mapa permite verificar hipóteses, padrões, tendências e rupturas no espaço” (GIRARDI, 2008, p.42). Ou seja, com a posse de dados públicos e sua representação em um mapa temático; a mídia, os políticos ou os acadêmicos, por exemplo, podem visualizar e refletir sobre a disposição geográfica de determinado recurso ou conhecer características de uma pauta. A partir do uso de alguns dados públicos sobre a temática turística e sua representação em mapas, propõem-se destacar a importância desse recurso visual na discussão e reflexão da agenda em política pública.

3.2 ELABORAÇÃO DE MAPAS TEMÁTICOS PARA SUPORTE A DISCUSSÃO DA AGENDA POLÍTICA

No primeiro exemplo (figura 1) está destacado a classificação turística e a quantidade de visitas – estimadas – internacionais para os municípios da região do Marajó no Estado do Pará. A partir do mapa temático, é possível compreender uma série de informações: visualizar a hierarquia turística; saber quais e quantos municípios estão fora ou dentro do circuito turístico; verificar a quantidade de visitas internacionais por município e visualizar a relação entre as informações.

Figura 1 - Classificação turística e quantidade de visitas internacionais para a região do Marajó, Estado do Pará (2012-2019).



O mapa temático do Marajó (figura 1) pode nos levar a uma série de reflexões que poderiam entrar na agenda de políticas públicas em turismo: Por que Soure está melhor posicionado na hierarquia turística?; O que fazer para os municípios marajoaras serem mais conhecidos no cenário turístico?; Por que cinco municípios da região não têm relevância turística?; Quais medidas a Prefeitura e a Secretaria de Turismo de Soure tomaram para melhorar o fluxo de visitantes que podem ser implementadas nos demais municípios?; O que é necessário para aumentar o número de visitas internacionais no

Marajó?; O que Salvaterra e Soure fizeram para ter mais de mil visitas internacionais?, entre outros questionamentos.

Ademais, o mapa temático explora ao máximo as informações de modo visual e consequentemente nos auxilia a refletir criticamente a situação. O mapa da figura 1 expõe um exemplo de análise de problemas na área turística em escala regional. Assim, é possível avaliar pautas turísticas em uma perspectiva regional com o intuito de compararmos as informações no tempo e no espaço, avaliarmos os progressos ou retrocessos, entre outras formas de análise.

Já em relação aos questionamentos, isso dependerá do conhecimento dos atores envolvidos sobre o assunto. Capella (2018, p.40) afirma que: “[...] a atenção dos formuladores de políticas depende da forma como eles percebem e interpretam o volume de decisões”. Ou seja, a identificação dos problemas na área de turismo depende de escolhas diante da abundância de questões colocadas em discussão, como as selecionadas na figura 1.

Martinelli (2011) expõe a necessidade de não transmitir informações nos mapas de maneira mentirosa, ufanista e/ou compartimentada, pois contribuem para uma representação do espaço de forma contemplativa, isolada, estanque e ou com viés ideológico. Dessa forma, o uso de mapas deve ser de modo crítico, esclarecedor, sem ambiguidades, não ilustrativa e que incorpore as relações e contradições entre elementos do quadro físico, humano e econômico (CARVALHO, 1989; GIRARDI, 2008; MARTINELLI, 2011; MARTINELLI e MACHADO-HESS, 2014). No caso da figura 1, todas as informações são oficiais do Ministério do Turismo e capazes de serem discutidas na agenda de políticas públicas.

Independentemente da forma como os dados serão obtidos, é importante que sejam observados alguns aspectos, como precisão, atualidade, validade, confiabilidade, legibilidade, limitação, vantagens, desvantagens, procedência, entre outros elementos. Assim, entende-se que a escolha das informações que serão inseridas no mapa dependerá dos temas abordados na agenda de políticas públicas no turismo, assim como a disponibilidade do dado.

Conforme Souza (2002) é necessário que seja realizado um processo de filtragem entre os temas da agenda, cujas razões não dependem apenas dos valores, mas também do nível de capacidade de ação governamental em relação a essas questões. A partir disso, apenas um mapa não consegue fomentar discussões sobre distintos problemas concomitantemente, pois a mensagem do seu conteúdo cartográfico é monossêmica, ou seja, deve ter apenas um significado (MARTINELLI, 2011; SAMPAIO, 2018).

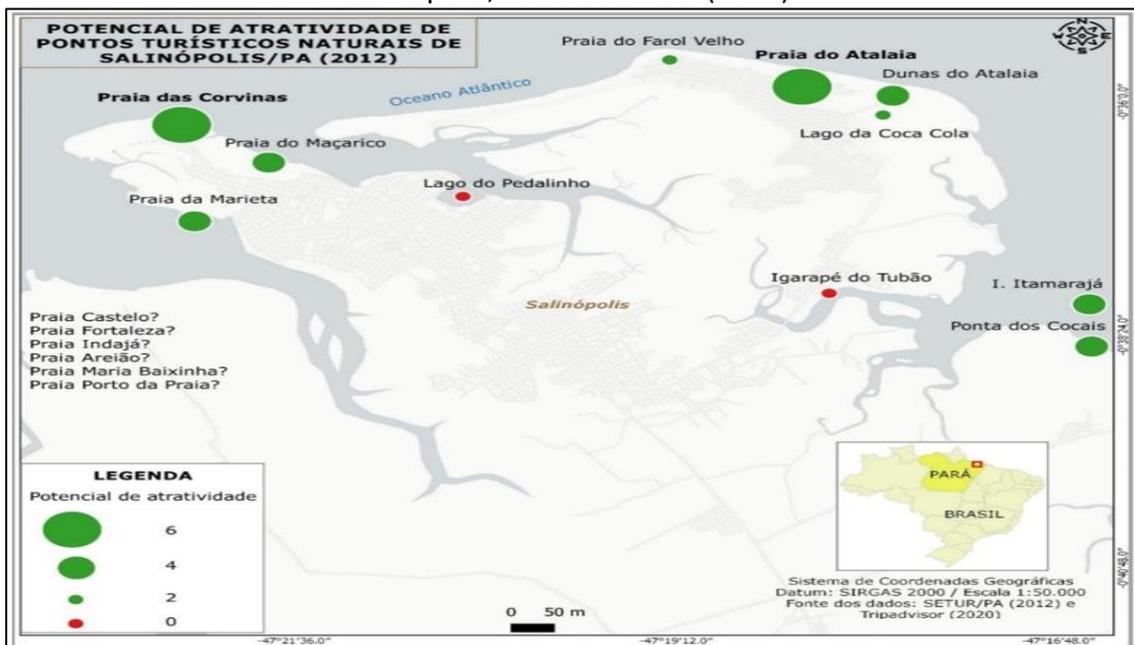
É necessário confeccionar uma quantidade de mapas correspondente ao número de temas a serem discutidos – caso as informações estejam disponíveis; ou realizar análises

espaciais mais sofisticadas com uso da estatística e de técnicas de visualização cartográfica. Por outro lado, vários são os questionamentos que podem ser realizados a partir de um único mapa, que inclusive é capaz de suscitar novas discussões e produções cartográficas para avaliar alguma demanda pública.

O uso do mapa na política também pode ser direcionado ao reconhecimento de um problema como questão pública e contribuir não somente na representação de fatos ou fenômenos relevantes, mas suscitar a reflexão crítica do que está exposto. No entanto, isso só é possível caso os atores sociais envolvidos reconhecerem que o material é um meio de discussão de ideias e problemáticas. Caso contrário, o mapa será visto apenas como uma figura sem importância, cujas informações presentes não agregam no debate político e muito menos expressam indicadores ou crises. Martinelli (2014) reitera que o mapa é eficaz quando proporciona ao leitor uma visualização fácil e rápida de questões, em prol do conhecimento da realidade apresentada.

O exemplo a seguir, destaca o potencial de atratividade dos pontos turísticos naturais - do município de Salinópolis localizado no Estado do Pará -, baseado em um sistema de pontuação realizado pela Secretaria de Turismo que varia entre 0 e 6 (Figura 2).

Figura 2 - Potencial de atratividade de pontos turísticos naturais do município de Salinópolis, Estado do Pará (2012).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Secretaria e Turismo do Pará (SETUR/PA, 2012) e do TRIPADVISOR (2020).

A partir da figura 2 é possível visualizar que as praias do Atalaia e da Corvina são os maiores atrativos naturais do município com seis pontos, seguido por outras praias, da Ilha de Itamarajá, da Ponta de Cocais e das Dunas do Atalaia. Por outro lado, outros lugares, como Praia do Farol Velho, Lago da Coca Cola, Lago do Pedalinho e o Igarapé do Tubão são os menos atrativos. Embora as seis praias com ponto de interrogação não estivessem no relatório emitido pela Secretaria de Turismo, todas foram acrescentadas como forma de discuti-las na agenda. Assim, o mapa também reflete a ideia de seletividade de pautas que podem ou não serem abordadas.

Os questionamentos que poderiam ser feitos com base na figura 2 são diversos, como: Quais projetos poderiam ser implementados para melhorar a atratividade desses lugares?; O que tem sido feito para os lugares menos atrativos?; O que tem sido feito para os lugares mais atrativos?; Por que há lugares sem nenhuma atratividade?; Por que não foram realizados estudos em seis praias do município?; Os turistas têm conhecimento de todos esses lugares?; De que forma a comunidade no entorno desses lugares poderia ser beneficiada caso a atratividade aumentasse?; Como a Prefeitura divulga os destinos turísticos?; entre outras perguntas.

A localização e a representação de lugares no mapa tornam-nos visíveis e conhecidos, o que pode favorecer a identificação de problemas. O documento cartográfico torna-se um recurso visual de comunicação que propicia o debate sobre as condições e desigualdades no espaço turístico. O seu uso é bastante favorável quando os atores sociais - envolvidos em políticas públicas - desconhecem as peculiaridades do espaço que entrará na pauta.

Embora o mapa represente a visão de mundo daquele que o produz (GIRARDI, 2008; MARTINELLI, 2011; SAMPAIO, 2018), recomenda-se que as informações presentes nesse recurso visual sejam de instituições de pesquisa especializadas – públicos ou privados - no setor turístico, cujo rigor metodológico é imprescindível. É possível também que o mapa seja confeccionado com o auxílio da comunidade, que as vezes possuem conhecimentos mais profundos sobre a situação de um lugar ou que são mais impactadas pela ausência de políticas públicas de turismo.

Para Archela e Thery (2008, p.2): “[...] o mapa como um meio de comunicação, por outro lado, requer do seu criador, usuário, leitor e consumidor, conhecimentos específicos de Cartografia”. Assim, é necessário que os atores sociais - envolvidos na formulação das pautas em turismo – tenham conhecimento básico na produção e análises de mapas, com o propósito de maximizar os seus usos. É possível inferir que a carência de conhecimentos na área de Cartografia e o desconhecimento de programas gratuitos na produção de mapas – por aqueles não profissionais – sejam comuns, o que explicaria a

quase ausência desses recursos na discussão da agenda de políticas públicas em turismo.

O terceiro exemplo (figura 3) enfatiza a balneabilidade de todas as praias localizadas na Ilha do Governador – cidade do Rio de Janeiro - e de algumas entre os centros do Rio de Janeiro e de Niterói (RJ), no período entre 2000 e 2017. A partir da figura 3 percebe-se que todas as praias da Ilha do Governador, a de Ramos, do Botafogo, do Flamengo e da Urca – localizadas no Rio de Janeiro - foram classificadas mais de treze vezes como “péssimas” ou “ruins”, com exceção da praia Vermelha, intitulada menos de quatro vezes. Já no município de Niterói, duas praias foram classificadas menos de quatro vezes; três praias menos de sete vezes, e quatro praias mais de treze vezes.

Figura 3 - Quantidade de amostras cuja balneabilidade foi classificada como péssima ou ruim – em praias selecionadas – do Rio de Janeiro e de Niterói (2000 – 2017).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do INEA (2000 – 2017) compilados por JUNIOR PAULA (2018).

A partir do estudo dessas 25 praias nas duas cidades do Estado do Rio de Janeiro, questiona-se: Por que as praias da Ilha do Governador sempre possuíram péssimas condições de balneabilidade?; Por que essas situações ainda persistem?; O que a

Prefeitura de Niterói ou a comunidade ao redor faz para que a balneabilidade das praias – de Boa Viagem, Flechas, Icaraí, Adão e Eva - sejam melhores?; Quais praias analisadas são prioritárias para melhorar a condição de balneabilidade e por quê?; Quais ações foram realizadas nas praias e no entorno?; Há interesse e recurso para reverter a situação apresentada nas praias do Rio de Janeiro?; entre outras pautas.

O mapa da figura 3, diferente dos demais, resume a condição cronológica de uma informação específica de quase duas décadas de dados. Essa figura também retrata uma variável específica – balneabilidade – de forma que engloba mais de uma cidade. Portanto, é possível utilizar o mapa temático em uma visão gerencial de problemas sociais a nível metropolitano. Desse modo, o produto cartográfico nos auxilia a visualizar e discutir padrões espaciais, o que ajuda no debate de possíveis problemas na área do turismo.

É relevante ressaltar que problemas que afetam o turismo nem sempre são oriundos da própria atividade, mas frequentemente de outras esferas como: segurança pública, saneamento básico, engenharia de tráfego, jurídico, entre outros. Todavia, para que o mapa seja um instrumento de representação e discussão de problemas, é imprescindível que as variáveis em questão sejam georreferenciadas, ou seja, suas localizações sejam conhecidas. Caso contrário, o uso do mapa se torna ineficiente. Por fim, os responsáveis pela produção cartográfica na área política de turismo devem se apropriar, o que Girardi (2008) intitula de “Cartografia Geográfica Crítica”, ou seja, campo que reconhece o mapa como instrumento de análise crítica e reflexiva do espaço geográfico. Nesse caso, os atores devem identificar os empecilhos que dificultam o desenvolvimento do turismo e representá-los em produtos bem elaborados.

Assim, a Cartografia Geográfica Crítica (CGC) mostra-se presente nos mapas elaborados, analisados e questionados sobre a temática turística apresentados nessa pesquisa, cuja abordagem teórica-metodológica pode orientar o desenvolvimento de estudos nessa área.

4. CONCLUSÕES

O presente artigo buscou destacar a importância do mapa temático na discussão da agenda em política pública de turismo. A partir dos exemplos destacados no trabalho, ficou evidente a capacidade analítica desses recursos de comunicação para a discussão de possíveis agendas no ramo. O mapa, diferentemente dos demais recursos de apresentação de informações ou fatos, é um componente essencial na visualização de problemas sociais nas mais diversas escalas geográficas, como municipal, metropolitana, regional ou nacional.

Para que o uso do mapa se torne efetivo e recorrente na área política é necessário que os atores envolvidos tenham conhecimentos mínimos não somente da Cartografia enquanto campo científico, mas também dos procedimentos práticos de produção cartográfica. No entanto, diante da diversidade de programas gratuitos, de bases de informações públicas, investimento em aperfeiçoamento profissional e interesse político no uso do mapa, é plenamente possível estabelecer uma nova forma de compreender os problemas sociais com meios tecnológicos, como já ocorre em outras áreas.

Pelo turismo ser uma área multidisciplinar e uma atividade fomentada nos municípios brasileiros por causa da alta lucratividade, é indispensável o uso de mapas desde a discussão política de problemas que podem interferir no desenvolvimento do ramo.

REFERÊNCIAS

ARCHELA, R. S.; THERY, H. Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos, *Confins* [Online], 3 | 2008, posto online em 23 jun. 2008. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index3483.html>>. Acesso em: 10.mai.2020.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. *Formulação de Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf>. Acesso em: 15.mai.2020.

CARVALHO, Marcos Bernadino de. **A natureza na geografia do ensino médio: para onde vai o ensino da geografia**. São Paulo: Contexto, 1989.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade do Estado de São Paulo, Presidente Prudente. 2008.

JUNIOR PAULA, L. A. de. **Análise do histórico de balneabilidade das praias da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, Brasil, de 2000 a 2017**. 2018. 57 f. Dissertação (Mestrado em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde). Centro de Ciências Biológicas e de Saúde, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINELLI, M.; MACHADO-HESS, E. S. Mapas estatísticos e dinâmicos, tanto analíticos como de síntese, nos atlas geográficos escolares: a viabilidade metodológica. **Revista Brasileira de Cartografia**. 2014. n.66. v.4. p.899-920.

MARTINELLI, M. **Mapas, gráficos e redes: elabore você mesmo**. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). Mapa do Turismo 2019-2021. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

LIMA, L. L.; STEFFEN, M. W.; D' ASCENZI, L. Políticas públicas. In: Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. Disponível em: <http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/livros/Pol%EDticas%20P%FAblicas%20-%20Gest%20Urb%20e%20Desenv%20Local.pdf>. Acesso: 25 mai. 2020.

PARÁ. Governo do Estado. Inventário Turístico de Salinópolis/PA. Secretaria de Turismo – SETUR, 2008. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/inventario_salinopolis.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2020.

QGIS. QGIS – Um Sistema de Informação Geográfica livre e aberto. 2020. Disponível em: <https://www.qgis.org/pt_BR/site/>. Acesso: 15 jun. 2020.

SAMPAIO, Tony Vinicius Moreira. **Cartografia Temática** [Recurso eletrônico]. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPR, 2018.

TRIPADVISOR. Tripadvisor. 2020. Disponível em: <<https://www.tripadvisor.com.br/>>. Acesso: 20 jul. 2020.

XUN WU.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014. Disponível em:

XI CODS

COLÓQUIO DE ORGANIZAÇÕES,
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE



BELÉM-PA, 10 E 11 DE NOVEMBRO

<<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>>. Acesso: 1 jul. 2020.